

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Educação e diferença: um estudo sobre transexuais e travestis

Fabício Filisbino

fabriciofili@gmail.com

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

Ricardo Luiz de Bittencourt

rlb@unesc.net

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

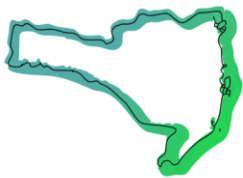
INTRODUÇÃO. A pesquisa integrou um projeto mais amplo que visou analisar a influência do currículo escolar na padronização de identidades e na produção de diferenças, tendo no presente trabalho o enfoque específico da população trans no Brasil. A justificativa para investigar a relação entre identidade, diferença e educação derivou da realidade sócio-histórica do país, caracterizada por profundas desigualdades econômicas, políticas, sociais, étnicas, sexuais e educacionais, bem como altos índices de violência contra grupos étnicos, mulheres, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Diante desse cenário de desigualdades, foi crucial examinar como as escolas lidam com a diversidade.

MATERIAIS E MÉTODOS. No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa buscou fazer uma análise qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. Os dados sobre a educação e as características da população brasileira tiveram como fontes de consulta órgãos públicos, tais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais); enquanto informações específicas sobre a população LGBTQIA+ foram obtidas por meio de organizações não governamentais (ONGs), incluindo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Adicionalmente, o arcabouço de pesquisas disponível na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) também foi utilizado como fonte de referência.

RESULTADOS. Ser transexual, ser travesti, nos termos atuais, implica uma vida precária, na compreensão de Butler (2011), pois os corpos trans, por estarem fora dos padrões morais, passam a ter formas precárias de existência, tão logo se veem permeados por narrativas e ações que os deslegitimam e tentam apagá-los, hora por higienismo social, hora por horror ao diferente. Tais práticas de apagamento geralmente ocorrem por meio de discursos e atitudes presentes nas pessoas, comunidades e o próprio Estado, que anulam, dificultam acessos e esquecem da diferença dos corpos trans. Pontualmente tais corpos não são passíveis de comoção, preocupação e responsabilidades, simplesmente porque são corpos matáveis (AGAMBEN, 2007). É o que aponta a expectativa de vida das travestis e das mulheres trans no Brasil, que gira entorno de 35 anos; o que significa menos da metade da média nacional, de 76,8 anos (BORNTONI, 2017).

O limiar da exclusão se repete no mercado de trabalho. Pode-se dizer que o emprego formal não faz parte da vida da população trans. Estima-se que 90% das mulheres travestis e transexuais ainda não conseguem conquistar espaços em empresas e indústrias sem negar ou disfarçar a própria identidade, encontrando a prostituição como única fonte de renda. A dificuldade de inserção no mercado formal também é um relato dos homens trans (REIDEL, 2013); (ANTRA, 2022).

Quanto à educação, estima-se que a evasão escolar, ou para ser mais preciso, a exclusão escolar de travestis e transgêneros aconteça já na educação básica, girando em torno de 82%. A informação é da pesquisa do defensor público João Paulo Carvalho Dias que é presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil e membro do Conselho Municipal de LGBTQIA+ em Cuiabá. João Paulo conta que a exclusão ocorre pela não aceitação e pela falta de política inclusiva que



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



faz com que este público evada para a prostituição, trabalho clandestino e desemprego (BRASIL, DIÁRIO DE CUIABÁ, 2018).

A pesquisa nacional de 2015 sobre o ambiente educacional abordou o tema dos comentários ofensivos (bullying) direcionados aos estudantes LGBTQIA+. Os resultados revelaram que quase metade (47,5%) dos estudantes LGBTQIA+ relataram frequentemente ou quase sempre ouvir comentários pejorativos, como "bicha", "sapatão" ou "viado", feitos por outros estudantes em suas instituições educacionais. Além disso, 54,7% dos estudantes LGBTQIA+ confirmaram ouvir comentários transfóbicos, como "traveco", com frequência ou quase sempre. Um total de 21,7% dos estudantes LGBTQIA+ que eram alvo de comentários relataram que a prática era comum entre a maioria de seus colegas. Além disso, 69,1% dos estudantes afirmaram ter ouvido comentários lgbtfóbicos vindos de professores ou outros funcionários da escola (ABGLT, 2016).

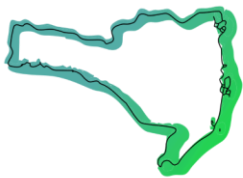
A gravidade dos índices de evasão escolar da população trans, bem como os relatos sobre o bullying e lgbtfofia são indicadores de uma pedagogia que separa e exclui, que é violenta contra os diferentes. Para Luma Nogueira de Andrade, primeira pessoa trans a concluir o doutorado em educação na rede pública no Brasil, a exclusão das pessoas trans do espaço escolar é um processo de evasão involuntária, porque a pessoa trans não se enquadra na ordem escolar, passando por um processo de exclusão tão bárbaro que pode ser nomeado de pedagogia da violência (ANDRADE, 2015).

Se trata de um tipo de pedagogia que vai tentar ensinar as pessoas a ter uma forma de comportamento submissa aos padrões conservadores, nem que precise usar de violência física, psicológica, moral e todas as outras sanções normalizadoras. “Quando fui a campo entender por que as meninas não iam à escola, descobri que aquilo se dava por elas não terem a oportunidade de ser elas mesmas” (ANDRADE et.al., 2019). Nos dados da Secretaria de Educação, esses casos constam como evasão, culpabilizando o indivíduo, mas a evasão é involuntária, porque não é algo desejado pela estudante, mas sim imposto (ANDRADE, 2015).

A evasão muitas vezes acontece simultaneamente ao processo de transição, ou seja, de adequação do corpo e da apresentação de si no mundo de acordo com o gênero com o qual se identifica. Isso porque no processo de transição a pessoa trans se depara com a naturalização de violências interpretadas como brincadeiras inocentes pela comunidade escolar e, de outro, a caracterização de certas brincadeiras como perigosas. Assim, se uma criança/adolescente criado para ser um menino brinca de boneca, pinta as unhas e faz maquiagens, essas brincadeiras podem ser consideradas como um perigo; no entanto, se essa mesma criança/adolescente é perseguida por colegas e professores, essa perseguição é interpretada como uma simples brincadeira. “A zombaria e a humilhação em decorrência de um comportamento de gênero que não condiz com o que se espera é recorrente e, por vezes, culmina na exclusão da população trans do espaço escolar” (MOIRA; SALABERT, 2021).

Cabe salientar que nos últimos anos, o movimento LGBTQIA+ alcançou algumas conquistas no campo educacional na forma de políticas públicas instituídas com o objetivo de reverter, ou ao menos amenizar, o atual quadro de exclusão. O Decreto nº 8.727 de 2016 assegurou o direito ao nome social, enquanto a Resolução do Conselho Nacional de Educação, homologada em 2018, autorizou o uso do nome social na Educação Básica. Adicionalmente, algumas universidades públicas passaram a adotar cotas para trans e travestis em seus sistemas de ingresso.

Entretanto, essas políticas não são suficientes para garantir a permanência das pessoas trans na escola, uma vez que a transfobia, o assédio e as violências (como a não aceitação do nome social ou o uso do banheiro) ainda são muito recorrentes. As políticas públicas que abordam temas como a diversidade sexual e de gênero também sofrem forte crítica de partidos e instituições conservadoras, baseadas no fundamentalismo religioso, crescente no Brasil, que coloca em risco os avanços significativos que foram resultados de décadas das lutas travadas pelos diferentes movimentos sociais, organizações e instituições sensíveis a causa LGBTQIA+ (ACONTECE LGBTI+; GRUPO GAY DA BAHIA, 2021).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



CONSIDERAÇÕES FINAIS. Travestis e transexuais têm em si a marca da diferença, frente a uma cultura excludente que conserva valores preconceituosos. Expressar a si mesmo representa perigo, e a própria morte. Avançar na direção de uma educação mais justa, equitativa e solidária, que respeite o outro, se constitui um desafio para todos os países do mundo, mas especialmente para os da América Latina, cujo processo colonizador estabeleceu uma estrutura social que não apenas reproduz como naturaliza a desigualdade e a exclusão. É fundamental, portanto, que os atores acadêmicos reflitam sobre como atuar no sentido de provocar a abertura das instituições educativas da região para a diversidade e a inclusão.

AGRADECIMENTOS. Agradecemos a Capes que financiou esta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Diferença. Educação. Transexuais.

REFERÊNCIAS:

ACONTECE LGBTI+; GRUPO GAY DA BAHIA. Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil 2020. Alexandre Bogas Fraga Gastaldi; Luiz Mott; José Marcelo Domingos de Oliveira; Carla Simara Luciana da Silva Ayres; Wilians Ventura Ferreira Souza; Kayque Virgens Cordeiro da Silva (orgs). 1. ed. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021, 79 p. ISBN: 978-65-994905-0-7.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ANDRADE, L; GOMES, B; FAHEINA, C; KER, J. No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans. Capitu, São Paulo, 05 jun. 2019. Estadão. Disponível em: . Acesso em 05 jan. 2022

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em . Acesso em 12 jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016

BORTONI, L. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Senadonotícias, Brasília, 20 jun. 2017. Especial Cidadania, n. 598.

BRASIL. Diário de Cuiabá. 2018. Disponível em . Acesso em 12 jan. 2022

BUTLER, J. Vida precária. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Trad. Angelo Marcelo Vasco. n.1, p. 13-33, 2011.

MOIRA, A; SALABERT, D. Visibilidade Trans Na Educação: Mês do Orgulho LGBTQI+. Jun. 2021. Disponível em: . Acesso em 20 jan. 2022

REIDEL, M. A pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. 2013 (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.